

# MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 90  
Janeiro – 2008

## S U M Á R I O

2 Recrutadas ou profissionais? Os dilemas das forças armadas dos EUA na virada do século XXI

João Fábio Bertonha

5 China e Índia – A disputa por “Soft Power” (II)

Paulo Antônio Pereira Pinto

7 Chávez e as FARC: um novo dueto bolivariano com fins midiáticos

José Ribeiro Machado Neto

10 As eleições 2008 nos EUA: das “primeiras” primárias à super terça

Cristina Soreanu Pecequilo

13 Estados Unidos: campanha presidencial sem definição para o Iraque

Virgílio Arraes

15 Quênia: crise política, rivalidades étnicas e o problema do Estado-Nação

Márcio Santos de Santana

### RESENHA

18 Sudsenvolvimento sustentável

Fábio Albergaria de Queiroz

# Recrutadas ou profissionais? Os dilemas das forças armadas dos EUA na virada do século XXI

JOÃO FÁBIO BERTONHA\*

Recentes notícias vinculadas pela mídia escrita e na Internet indicam as crescentes dificuldades das forças armadas dos Estados Unidos para recrutar novos membros. Como efeito desta dificuldade, o Exército aumentou, desde 2006, a idade máxima para alistamento para 40 anos, rebaixaram-se os padrões educacionais e médicos e considera-se, atualmente, a possibilidade de recrutar mais estrangeiros para as fileiras, os quais receberiam cidadania americana por seus serviços. Uma técnica que, curiosamente, já era adotada pelo Império romano milênios atrás (o qual concedia a cidadania romana aos seus soldados auxiliares depois de vinte anos de serviço), e que indica as dificuldades de recrutamento atuais nos EUA.

Antes de mais nada, convém um esclarecimento para os menos familiarizados com o tópico. Ao contrário do acontecido, por exemplo, na Segunda Guerra Mundial e nas guerras da Coreia e do Vietnã, quando, teoricamente (pois sempre era possível conseguir uma isenção devido a relações familiares ou de poder), todo homem em idade militar podia ser convocado para a frente de batalha, todos os soldados americanos são, hoje, profissionais.

Com efeito, desde o final da Guerra do Vietnã (e, em grande medida, por efeito dela) nos anos 70, aboliu-se o serviço militar obrigatório nos Estados Unidos em favor de um feito por voluntários que se alistam por tempo determinado e são pagos por isto. Diferentemente dos homens que pertencem a empresas de segurança como a Blackwater, não são mercenários no sentido estrito do termo, pois lutam por seu país e sob a bandeira de instituições oficiais. Mas são profissionais e voluntários, bem diferentes daqueles jovens de 18 anos que eram convocados

para lutar nas praias da Normandia ou nas selvas do Sudeste asiático.

Claro que o conceito de voluntariado implica em uma liberdade de escolha que muitas vezes não existe. Há estímulos indiretos fortíssimos que ajudam a conduzir até mesmo pessoas pouco inclinadas à profissão das armas ao alistamento. Entre estes estímulos, incluem-se desde planos de saúde para si e a família, generosos prêmios em dinheiro e outras benesses, como o pagamento da Universidade depois da baixa e outros. Não espanta, assim, a forte proporção de minorias (negros, hispânicos) ou de brancos pobres entre os militares, especialmente em armas menos “glamourosas” e mais sujeitas a baixas em combate, como a infantaria.

As atuais dificuldades em manter um fluxo regular de recrutadas para as forças armadas refletem, provavelmente, às baixas e problemas no Iraque, que levam muitos soldados a deixar o Exército e os fuzileiros (armas que estão pagando o grosso do preço da ocupação) e inibe outros de alistar-se. Mesmo com aumentos de soldo e vantagens e diminuição de exigências, as dificuldades para manter o fluxo de recrutadas estão, como visto, aumentando, o que gera imensos problemas.

Há vozes, nos Estados Unidos, que consideram que a volta do alistamento militar obrigatório poderia ser a resposta para várias questões. Algumas pessoas entendem que a cidadania é reforçada quando os jovens tem que prestar serviço militar, ao mesmo tempo em que o governo seria inibido na sua agressividade quando filhos da elite pudessem ser mortos em ação. Idéias questionáveis, mas presentes.

A questão central relacionada à volta do alistamento militar obrigatório, contudo, é realmente

\* Professor da Universidade Estadual de Maringá – UEM (fabiobertonha@hotmail.com).

a necessidade de solucionar a sobrecarga das forças armadas dos Estados Unidos e a falta de soldados, especialmente na infantaria. Atualmente, cerca de 1,5 milhão de homens pertencem a elas, com mais uns 900 mil homens da Guarda Nacional e reservistas. Parece muito, mas isso inclui unidades de apoio, treinamento, forças navais e outras que não podem ser mandadas para a linha de frente. E, durante uma ocupação prolongada como a do Iraque, os soldados enviados à frente têm que ser substituídos regularmente. Para manter sua estrutura ao redor do mundo, os 150 mil homens no Iraque, mais 20 mil no Afeganistão e outros 30 mil na fronteira coreana, os Estados Unidos estão raspando o fundo do caldeirão e isso é preocupante, pois não há reservas para outro grande conflito ou necessidade.

Este é um problema imenso e as soluções não estão ao alcance. Robotizar e informatizar as forças armadas é um plano de longo prazo e recorrer a mercenários e empresas de segurança privada, como está ocorrendo no Iraque, é caro e problemático. Oferecer ainda mais vantagens financeiras é a resposta óbvia, mas têm limites, pois o custo para manter soldados profissionais é alto. No caso dos EUA, aumentar o efetivo em dez mil homens significa US\$ 1,2 bilhão de gastos adicionais por ano, mais US\$ 2 bilhões em equipamentos. Mesmo para um país rico como os Estados Unidos, chegará o momento em que os fundos disponíveis se tornarão escassos.

Para setores militares, a única maneira de evitar esta falta crônica de efetivo seria a volta do recrutamento militar universal. Se incluirmos homens e mulheres, 135 milhões de americanos estão em idade militar e, todo ano, quatro milhões de pessoas atingem a idade mínima de recrutamento, ou seja, 18 anos. Bastaria que uma parte dessa população fosse compulsoriamente recrutada, com soldos simbólicos, para poder aumentar os efetivos a vontade, garantindo reservas para qualquer eventualidade, triplicando as forças no Iraque, etc.

Demográfica e financeiramente, seria assim a melhor solução. Mas, politicamente, seria completamente inviável. Qualquer governo em Washington que proclame a volta do recrutamento militar obrigatório estaria automaticamente, a não ser em caso

de ameaça real e imediata ao país, desacreditado e morto politicamente. A opção, portanto, não existe a curto prazo e não espanta a tensão dos recrutadores e dos planejadores estratégicos com a infinidade de missões e a escassez dos meios humanos para realizá-las.

Na verdade, é curioso como a História dá voltas. Os soldados romanos eram profissionais, enquanto boa parte dos Exércitos medievais era de nobres. Já na Idade moderna, os soldados normalmente eram mercenários, pagos para lutar pelo rei e pela Monarquia. Sua lealdade ao rei vinha centralmente do pagamento e não de algum princípio ideológico, o que tornava difícil, aliás, exigir deles sacrifícios excessivos, como o combate até a morte no campo de batalha.

A Revolução francesa representou uma mudança radical nesse panorama. Desenvolveu-se o nacionalismo (ou seja, a idéia de que o Estado-nação é o representante de todos os cidadãos e que estes devem a sua lealdade, acima de tudo, a este) e, como derivação, os princípios da “nação em armas” e da “guerra total”. Guerra não era mais algo a ser feito por mercenários, com a população civil à parte, mas por toda a nação. Toda a sociedade passou a ser mobilizada para apoiar as atividades militares do Estado, em nível inimaginável no período anterior.

No século XIX, ficou claro que o princípio da “nação em armas” seria agora universal. O recrutamento militar passou, então, a se tornar a regra para todos os Exércitos europeus, para o que colaborava, inclusive, a idéia de que era nas Forças Armadas que se formava o cidadão. As únicas exceções foram países como a Inglaterra e os Estados Unidos, onde, por vários motivos, o recrutamento militar só foi implantado em momentos críticos (como as guerras mundiais) e, mesmo assim, com relutância.

Hoje, o sistema de recrutamento militar universal está sendo questionado na maior parte dos países de Primeiro Mundo, pois as novas tecnologias militares exigem homens com um treinamento muito mais elaborado que recrutas que passam apenas algum tempo nas fileiras podem receber. Além disso, nas modernas democracias ocidentais, se torna cada vez mais difícil exigir, dos seus cidadãos, que eles morram

em combate, o que torna politicamente mais aceitável a volta dos exércitos profissionais. É isso o que ocorre hoje, por exemplo, nos Estados Unidos.

Há desvantagens em um Exército profissional, como os custos maiores, mas as vantagens também são grandes, como a maior facilidade do Estado para lidar com a opinião pública e seu maior treinamento e eficiência em campo de batalha. Não espanta, assim, que vários países europeus estejam caminhando, depois de séculos no outro sistema, para a idéia do soldado profissional e que, mesmo no Brasil, a discussão sobre este tópico esteja se esboçando.

O problema é que os soldados profissionais, por definição, nunca poderão ser tão numerosos como os fornecidos pelo alistamento compulsório. Nos momentos em que isto se torna um problema, como o atual nos EUA, a questão não pode deixar de retornar a baila. O pêndulo da História caminha, agora, na direção da força armada profissionalizada, mas a discussão sobre o recrutamento ou o voluntariado parece realmente ir e voltar nos últimos séculos, conforme a realidade política, social e estratégica mundial vai mudando. O atual debate nos Estados Unidos é apenas mais um capítulo nesta História.



## Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído em diferentes bases de dados no Brasil e no exterior e igualmente em seu site em <http://www.meridiano47.info>. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (Portable Document Format) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software Adobe Acrobat Reader, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

©2000-2007 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

# China e Índia – A disputa por “Soft Power” (II)

PAULO ANTÔNIO PEREIRA PINTO\*

China e Índia buscam atrair e influenciar outras regiões do planeta, através da divulgação de práticas, hábitos, criações e formas de raciocínio herdados ou marcados por suas respectivas longas histórias. Trata-se de disputa com o emprego de “soft power”, para emprestar o termo popularizado por Joseph Nye, conforme registrado na coluna anterior sobre o assunto.

Esta concorrência acontece, como também já exposto, em setores como: a reivindicação de ser sede do Budismo e, portanto, o espaço cultural de definição do “perfil espiritual” da Ásia; em Medicina e cinema, indianos e chineses aparecem, também, engajados em atrair e influenciar novos e velhos amigos. Estes processos aconteceriam nos continentes asiático, europeu e América do Norte.

A competição entre ambas as potências emergentes acontece, no entanto, de forma menos poética, pelo acesso a recursos naturais e energéticos, principalmente na África e América Latina. Nesse esforço, cada país parece adotar estratégias distintas que, de maneira simplificada, poderiam resumir-se nas explicações de que os chineses oferecem seu apoio diplomático – “soft power” – e amplos recursos financeiros, em troca do abastecimento de recursos naturais e energéticos.

Os indianos, de sua parte, através de sua diáspora pelo continente africano, apresentam um bem sucedido modelo de fazer comércio, bem como temas de inspiração, como sua luta contra o colonialismo e ideais políticos no estilo do “Não Alinhamento”.

Cabe lembrar, a propósito, que os registros iniciais da China com a África nos levam ao século XV, quando o legendário navegador Zheng He trouxe do Kênia uma girafa.

Por coincidência, também foi do Kênia, a partir da cidade marítima de Mombasa, que um navegador muçulmano conduziu Vasco da Gama a Calicute, em 1498, levando os portugueses a “descobrirem o caminho marítimo para as Índias”, já havia muito tempo percorrido por comerciantes indianos e africanos. No momento, contudo, a abordagem da Índia com respeito à África começa a ter perfil econômico, cada vez maior. Não se confunde, ainda, com o aspecto “mercantilista” adotado pela China, com respeito àquele continente. Assim, estrategistas indianos procuram distinguir que, com respeito à África, “China’s is resource-based investment, Indian investment concentrates on capacity building”.

Registra-se, a propósito, que em 2007, em diferentes países africanos, principalmente Zâmbia, Angola e Zimbábue, houve protestos contra o que seria visto como “imperialismo amarelo”. Assim, após a explosão em mina de cobre zambiano, de propriedade chinesa, houve manifestações que chegaram a provocar o cancelamento da ida do Presidente Hu Jintao ao local, em fevereiro do ano passado, quando visitava oficialmente Lusaka.

Em Luanda e Harare circulam severas críticas quanto à ausência de oportunidades de emprego, em companhias estabelecidas pela RPC. Tais empresas trazem trabalhadores chineses, que vivem em guetos. O presidente da África do Sul denunciou a criação de um “relacionamento colonial” com a China, na medida em que aquele país asiático se limitaria a importar recursos minerais e energéticos da África, sem criar valor agregado no continente.

A Índia, de sua parte, adota estratégia distinta. Os investimentos indianos são quase que integralmente privados e empregam, em grandes números, trabalhadores locais. Nesse processo, os

\* Diplomata de carreira e atualmente exerce a função de Cônsul-Geral do Brasil em Mumbai. As opiniões expressas neste artigo são de sua inteira responsabilidade e não refletem posições do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (papinto2006@gmail.com).

países anfitriões sentem-se mais identificados com tais empreendimentos.

No México, por exemplo, haveria cerca de US 3 bilhões em investimentos indianos na indústria farmacêutica, devido à proximidade do mercado dos EUA. Colômbia está nos planos de expansão da mega-empresa Reliance, com vistas à criação de rede de energia elétrica, demonstrando o interesse da Índia por projetos de infra-estrutura na América Latina.

Enquanto isso, existe proposta conjunta indo-africana para um “pan-African e-network project” com vistas ao desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação, que, eventualmente, resultariam na inter-ligação entre os 53 países do continente – com o emprego de “software” indiano, é óbvio.

Á Índia busca, também, exportar seu modelo de universidade aberta para o Botswana e Uganda. Trata-se, conforme mencionado acima, de priorizar “capacity building”, em oposição à ênfase chinesa de “resource-based investment”.

Neste artigo e no anterior, buscou-se, portanto, explorar diferentes aspectos da competição sino-indiana, em “soft-power”, bem como identificar

regiões do mundo onde esta rivalidade acontece. Cabe registrar que o desafio maior, no momento, seria o de imaginar como China e Índia poderão voltar a influenciar-se mutuamente com suas respectivas “soft powers” – conforme preveleceu há séculos, quando processo de “cross fertilization” levou ao que alguns estudiosos chamaram de “hinduanização da China”, na medida em que – segundo estes – o antigo “Império do Centro” - guardadas as devidas diferenças de proporções e de momentos históricos - veio a importar tanto do Budismo indiano, quanto os europeus absorveram do Cristianismo.

Por enquanto, a maioria das análises disponíveis concentram-se na possibilidade de formação de um bloco econômico a ser chamado de “Chindia”, que, em 2020, poderia vir a contar com PNB superior aos Estados Unidos da América.

Para o observador em Mumbai, no entanto, o mais importante seria considerar a possibilidade de formação de enorme espaço de cooperação cultural, caso viesse a ressurgir, com naturalidade e de forma pacífica, o intercâmbio de idéias, manifestações artísticas e material genético, via Sudeste Asiático, que existiu, há séculos, entre hinduístas e chineses.



## Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em processador de textos de uso universal, espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para [editoria@meridiano47.info](mailto:editoria@meridiano47.info) indicando na linha *Assunto* “Contribuição para Meridiano 47”.

# Chávez e as FARC: um novo dueto bolivariano com fins midiáticos

JOSÉ RIBEIRO MACHADO NETO\*

Mais uma vez o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, demonstra o seu inegável desejo de liderar politicamente a América Latina, independentemente da existência de causas sócio-políticas justificáveis, dos riscos da manutenção do custo de oportunidade social e de um gradual isolamento político para a sua conturbada Venezuela. Além do mais, sem quaisquer créditos compensatórios advindos de seus vizinhos atônitos e desesperançosos por um equilíbrio político regional diante da recente intromissão nos negócios internos da vizinha Colômbia, haja vista, uma democracia sitiada, mas ainda engenhosa ao manter as liberdades individuais, necessárias ao atingimento do bem-estar social permanente.

Insistindo na implementação do projeto bolivariano para a viabilização do socialismo para o século XXI – cujo teor marxista nem chega a ser descrito nas cartilhas do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) – Chávez joga com todas as cartas de um baralho marcado para viabilizar um assumido descompasso político de importação desconhecida. Mas, em determinados momentos, justificado por manifestações de concordância do público castrista e por suas instituições de caracterização insular. Mesmo assim, não publicamente aceitas pela maioria dos governantes latinos, em função de centralismos personificados e direcionados como gládios para o *status* exitoso da democracia atual do continente meridional.

O avanço da democracia na América Latina na última década é motivado por conquistas institucionais, aleatoriamente a aumentos de preços de exportações de *commodities* generalizadas, que parece incomodar os espíritos belicosos, polêmicos e incompreensíveis de Caracas, La Paz e Quito. Além

do mais, com uma relativa, voluntária e conhecida cumplicidade de Buenos Aires. Mesmo que sejam consideradas governabilidades emergentes, La Paz e Quito comportam-se, entretanto, a exemplo de Havana, como espectros norteadores de antigas reações com vistas à aventureira reconstrução geopolítica substitutiva da influenciadora presença norte-americana no continente.

A América Meridional, à exceção principal de Caracas, tem demonstrado que a democracia veio para ficar. Um retorno altamente justificado pelo alto número de eleições presidenciais e parlamentares plenamente pacíficas. Da mesma forma, observa-se que o retorno é justificado pela diminuição dos desníveis regionais, há tempos responsáveis das formas de intimidação à integração geoeconômica.

A extensão da governabilidade na Bolívia e no Equador não significa um êxito político ou ideológico, a exemplo do que aconteceu com Cuba nos idos de 1960, onde as gerações esclarecidas se deixaram levar pelos êxitos entusiásticos e renovadores de *Sierra Maestra*. Isto mostra com clarividência que a esquerda latino-americana não está dividida apenas em duas esferas, mas em múltiplas, distanciando-se assim, a cada dia, voluntariamente, da utopia socialista desarmada, vista em Castañeda.

Não obstante o clima democrático em Caracas, herdado de outros governos, observa-se atualmente na pátria bolivariana, algo politicamente extenuante, diferenciado e recheado de consultas populares sobre objetivos políticos que resultam em espasmos messiânicos, destinados apenas ao fortalecimento do poder presidencialista sem tolerâncias. Uma existência nada análoga a aquilo que foi denominado

\* Doutor em História das Relações Internacionais e professor de Formação Política e Econômica da América Latina e do Brasil (machadoneto@br.inter.net).



de *neopresidencialismo* por Karl Loewenstein e por uma boa soma de internacionalistas.

Atualmente, em Caracas, vive-se e respira-se o *neocaudilismo* mesclado com filantropia à custa de superávits petrolíferos, em contradição a uma crescente escassez interna de gêneros de primeiras necessidades. Estes, estão sendo adquiridos a preços sem comparações com os do mercado interno e, em alguns casos, sem reflexos positivos na estrutura de consumo e na balança comercial venezuelanas, causadores, portanto, de constantes déficits comerciais.

Chávez, diante da voluntária comoção colombiana, de uma recente derrota eleitoral e, até mesmo, de uma merecida bronca espanhola, não esconde o desejo de tornar-se condutor dos povos andinos e de substituir o capitalismo próximo da caracterização globalizante por um frágil e incerto capitalismo de Estado. Para tanto, Alia-se à La Paz, Quito e a Buenos Aires, que de maneira contumaz permanece alheia e silenciosa aos subjetivos bolivarianos direcionados ao concerto internacional. Porém, para si, devem ser transformados em ganhos compensatórios e necessários ao seu equilíbrio comercial.

Nesse contexto, Chávez ainda, imagina, vislumbra e empenha-se em objetivos redistributivos, desconhecendo voluntariamente o fato que a cada dia esses se tornam mais distantes de serem alcançados pelos venezuelanos. Seus protetorados, Bolívia e Equador, também desejam essa substituição, mas via triunfos constituintes, o que não quer dizer, que possam modelar ou influenciar o futuro político dos demais vizinhos meridionais.

Uma das fortes, clarividentes e inegáveis características dos caudilhos – independentemente de ser considerados esclarecidos, a exemplo do Chávez, é a utilização definida, louvadora e obrigatória da mídia sobre sua pessoa e sua infalibilidade político-administrativa. Às vezes, adiciona-se à infalibilidade a descaracterização de grupos sociais. Os impactos desta prática ultrapassam o espaço nacional e contribuem para a construção de uma imagem de governabilidade exemplar no cenário internacional.

À imagem midiática de Chávez soma-se um elenco de promessas de financiamento de projetos no exterior em termos de US\$ 37,5 bilhões, partindo de Cuba aos umbrais da África e Ásia. Compromissos

que se transformados em transferências monetárias haverão, certamente, descaracterizar a economia venezuelana por algumas décadas, ainda que mantida a âncora advinda dos movimentos ascendentes do preço do petróleo no mercado internacional. A limitada capacidade venezuelana de aumentar a produção de óleo e de seus derivados – responsável pela sustentabilidade de sua economia – poderá acelerar o *deschavismo*, com repercussões inesperadas na América Latina e em outros quadrantes internacionais.

O valor do comprometimento político destina-se a objetivos diversos, desde o fornecimento de petróleo por quase cem anos, ao pagamento de dívida externa; ao abastecimento interno, aos transportes domésticos, a contribuições sociais, etc. Na quase totalidade sem qualquer forma de contrapartida, comprometendo suas relações de intercâmbio, pois ultrapassam em US\$ 10,4 bilhões (27,7%) o total a ser alocado no exterior. Além da excentricidade da oferta, os ecos da nova intermediação financeira venezuelana provocam tumultos às portas dos mercados financeiros internacionais, cujos procedimentos ortodoxos são ameaçados.

A inesperada inserção mediadora de Chávez no *affair* libertário de reféns de um quase desconhecido botin humano das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e do Exército de Libertação Nacional (ELN) – constituídos na sua maioria de personalidades venezuelanas advindas de vários segmentos sociais – muito cedo tornar-se-ia responsável por arestas diplomáticas entre Bogotá e Caracas. À primeira vista, o depósito humano parece constituir-se de trágicas réplicas aos posicionamentos de Lima e Bogotá, sítios opositores ao bolivarianismo intromissor de suas políticas internas, a despeito de plenas concordâncias de Lima e Quito e do silêncio de outras governabilidades latinas.

Os recentes insucessos da política externa chavista podem ser considerados como a principal motivação mediadora de Chávez para a libertação de reféns econômicos e políticos, num total de aproximadamente 800 pessoas em poder das FARC. Inicialmente, seriam em grande número, em troca de guerrilheiros presos, porém, sem qualquer contrapartida material por parte de Caracas. Mas, a



libertação aceita pelas FARC fixar-se-ia – por motivos desconhecidos até então – em apenas em dois reféns políticos: a ex-senadora Consuelo González, e Clara Rojas, assessora de Ingrid Betancourt, figura emblemática da política colombiana, ambas raptadas em 2001, durante a sua campanha presidencial.

Inicialmente a oferta chavista de mediação com as FARC foi aceita com moderação, restrições e com alertas que poderia ser dispensada de imediato, caso os contatos com as FARC não merecessem a prévia análise e aprovação do presidente Uribe. Entretanto, antecipações, assunções de compromissos aleatórios à agenda de Bogotá, bem como sucessivas declarações a correspondentes estrangeiros e a familiares dos reféns levaram Uribe de pronto dispensar a mediação de Chávez, dando início a idas e vindas com posicionamentos presidenciais antagônicos de ambos os lados, além de frustrações às famílias dos seqüestrados e à imprensa internacional, cujas manchetes provocariam mudanças de local e data para a conclusão da negociação.

Para os partidários oficiais, declarados e retraídos de Chávez a operação seria revestida de humanitarismo, de atenuações do caráter narcoguerrilheiro das FARC e de um sério desafeto ao presidente colombiano Álvaro Uribe – aliado dos EUA no combate ao narcotráfico e à guerrilha – com exitosas repercussões internacionais, mas na realidade, não ultrapassa os limites midiáticos comuns necessários à manutenção da imagem chavista.

A recente declaração de Chávez sobre a caracterização das FARC e do Exército de Libertação Nacional (ELN) como entidades não terroristas, mas insurgentes e verdadeiros exércitos que ocupam espaços na Colômbia, detentores de um projeto político bolivariano e merecedores de respeito na Venezuela, eclodiu como uma séria e final restrição à finalização da sua mediação com as FARC. Além da indignação internacional, agrediu a democracia latino-americana, em particular à venezuelana, ainda que restringida, levantou suspeitas de aceitação pelo bolivarianismo de narcoguerrilhas, além de outros possíveis futuros malefícios ao curso do MERCOSUL e do Banco do Sul, recentemente constituído.

A declaração, independentemente do novo seqüestro de seis turistas colombianos pelas FARC,

reveste-se, certamente, de uma completa falta de habilidade político-diplomática. Da mesma forma, de uma ação contrária e desfavorável a quaisquer manifestações de liderança, além da aceitação pelo bolivarianismo das práticas engendradas pelas FARC para obtenção de recursos destinados à sustentação de seus escopos, agora, felizmente, vistos claramente como contrários a objetivos políticos, anteriormente acreditados.

O posicionamento do Brasil diante do desfecho da ação libertária – minimizado pela quantidade de reféns devolvidos – não chegou a ser exultante. Libertaram-se pessoas há tempos e sem causas de um cativo ignominioso, conduzindo-as à liberdade merecida. Creditam-se os méritos ao presidente venezuelano; é reconhecido o apoio logístico de *apparatchick* dos governos argentino, brasileiro e cubano; e, diante do silêncio de Bogotá, internacionaliza-se a questão colombiana, como se uma nova doutrina prenhe de dogmas bolivarianos estivesse para substituir definitivamente a doutrina *Monroe*.

Qualifica-se a América Latina como um continente capaz de resolver pacificamente os seus problemas de segurança, independentemente de sítios onde possam ser gerados, além de Washington. Um novo paradigma para as relações internacionais é visto com superioridade dogmática sobre as experiências dos EUA vividas com os norte-coreanos (1953) e, posteriormente (1975), com os norte-vietnamitas.

Paralelamente ao êxito fugaz da libertação das reféns colombianas, algo trágico haveria de mesclar o horizonte. Além de um novo seqüestro pelas FARC de seis turistas colombianos, a resposta negativa do Chanceler Celso Amorim ao pedido formulado pelo Chávez pela caracterização das FARC e do ELN como forças políticas insurgentes exigiriam um gradual recuo venezuelano. O nosso posicionamento mostraria maturidade, calma e tradição da diplomacia brasileira. Também, retrataria de imediato, uma ação diplomática preventiva, compensatória e estratégica diante da possível extensão da questão colombiana e da responsabilidade do Brasil no concerto internacional, como um possível mediador em potencial, a exemplo da finalização exitosa do conflito territorial entre o Equador e o Peru, na última década do século XX.

# As eleições 2008 nos EUA: das “primeiras” primárias à super terça

CRISTINA SOREANU PECEQUILO\*

Iniciado em Novembro de 2006 quando George W. Bush perdeu as eleições de meio de mandato para os democratas, que recuperaram depois de mais de uma década o controle do Legislativo, Câmara e Senado, o ciclo eleitoral de 2008 entra, neste início de mês de Janeiro, em seu momento decisivo. Tal momento é caracterizado pelo começo das eleições primárias nos estados norte-americanos que culminará, em Agosto e Setembro nas respectivas convenções nacionais dos partidos democrata e republicano que, por sua vez, formalizarão oficialmente o nome dos candidatos à presidência. Todavia, muito antes disso, nestas semanas seguintes de Janeiro, até chegar à Super Terça em 5 de Fevereiro, quando a maioria dos estados relevantes já terá realizado suas prévias internas, o desenho do quadro eleitoral norte-americano poderá estar melhor definido.

Particulares ao sistema norte-americano as eleições primárias são um reflexo da complexidade e arcaísmo do processo eleitoral implementado no século XVIII que permanece sem significativas alterações até o XXI. Realizadas em cada um dos estados da federação, estas eleições prévias foram originalmente idealizadas como partes dos mecanismos de “filtros” e “seleção dos melhores” que previam os formuladores da Constituição. Neste nível de disputa, os embates seriam intrapartidários, seguindo-se as convenções partidárias nacionais para a confirmação destes nomes, passando-se a posterior confrontação entre os partidos e seus respectivos candidatos que, adicionalmente, estariam submetidos, pós-votação popular, ao Colégio Eleitoral. Quatro são os embates: nas primárias individuais, na convenção nacional, na eleição popular e no Colégio Eleitoral.

Naturalmente longo, este processo tem apresentado fissuras nos últimos anos, sendo o exemplo mais patente a eleição de 2000 quando George W. Bush perdeu no voto popular para Gore, mas elegeu-se no Colégio Eleitoral. Contudo, as primárias também tem sido objeto de críticas há várias décadas, antecipando-se à crise de 2000, devido ao elevado desinteresse e cansaço que o eleitorado demonstra frente a estas disputas. Paradoxalmente, este desinteresse relativo é acompanhado pela intensificação dos gastos de campanha nestas mesmas primárias e da divulgação excessiva pela mídia dos processos, o que gera distorções referentes à popularidade dos candidatos e sua capacidade de mobilização das bases eleitorais em nível nacional e entre independentes.

Desta forma, o que ocorre nas primárias (e mesmo nas eleições nacionais) nem sempre representa o que são os Estados Unidos e as prioridades da maioria da população, o que produz dois fenômenos sociais: a não-participação efetiva nas eleições em especial as de meio de mandato (nestas eleições o comparecimento oscila entre 35-45% dos eleitores registrados e nas presidenciais entre 45-50%, sendo que apenas 50% dos norte-americanos aptos a votar registram-se como eleitores), e quando desta participação, a sua definição como eleitor independente, sem vínculo com democratas ou republicanos (na última década a porcentagem de eleitores que se declara como independente passou de 4% a 22% dos eleitores registrados). Porém, independente destas tendências, das críticas ao sistema, 2008 seguirá o mesmo caminho das eleições que a antecederam, podendo-se estabelecer algumas considerações prévias sobre estas “primeiras” primárias de Janeiro até Fevereiro.

\* Professora de Relações Internacionais Universidade Estadual Paulista – UNESP (Campus Marília), e Pesquisadora Associada ao Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (crispece@gmail.com).

Como mencionado, o ciclo 2008 vem sendo marcado por uma campanha precoce que se revela no igualmente citado cansaço do eleitorado e em pesquisas de opinião conflitantes e permeadas por oscilações nas preferências dos eleitores. Estas oscilações produzem uma maioria de empates técnicos nas pesquisas de opinião seja no nível intrapartidário como no nacional, com a alternância de posições e relevância dos candidatos em seus respectivos partidos, opondo os favoritos (*front runners*) e os que “correm por fora” (*outsiders* ou *underdogs*).

Do lado democrata, Hillary Clinton, apesar de ainda favorita nas pesquisas, perdeu terreno significativo para Barack Obama à medida que se intensificou a campanha das primárias e por um erro tático da pré-candidata. Tal erro revelou-se em uma relativização dos esforços de Hillary em dialogar com seus oponentes democratas, preferindo confrontar o governo Bush, o que permitiu o crescimento de Obama e, paralelamente, de John Edwards, cujo nome encontrava-se praticamente descartado. Edwards, a despeito da pouca arrecadação e capacidade de campanha, ocupou espaços deixados pela polarização Obama-Clinton, em especial entre os eleitores de baixa renda e os que desejam mudança (que, ao lado da esperança, é igualmente tema de campanha de Obama, enquanto Hillary faz uso de *slogans* que unem experiência-mudança).

Para os republicanos, as perspectivas são até mais complexas, com quase cinco candidatos possuindo possibilidades de indicação: dois possíveis favoritos, Rudy Giuliani, que perdeu espaço nos estados pequenos e com queda na arrecadação de campanha, Mitt Romney, com bom suporte orçamentário e resultados positivos nas pesquisas internas, e três *outsiders*, McCain, cuja candidatura parecia ter desaparecido até Dezembro, mas que agora se recuperou, Fred Thompson, que ainda é bem visto por parte dos conservadores, mas cuja campanha não decolou, e a “novidade” Mike Huckabee, que nos últimos três meses partiu para uma ofensiva contra Giuliani e Romney, crescendo exponencialmente nas pesquisas e na preferência dos eleitores, mas cujo impacto não se converteu em contribuições adicionais à campanha.

Como Edwards, Huckabee aproveitou-se da polarização Giuliani-Romney, colocando-se como um candidato que representaria a mudança e o real conservadorismo. Giuliani, neste sentido, continua apresentando um sério problema nas bases do partido: sua agenda percebida como liberal em temas como aborto e direitos civis, enquanto Romney (mórmon e ex-governador) e Huckabee (ex-pastor, ex-governador e criacionista) atraem este perfil mais religioso e tradicionalista. Igualmente, ambos procuram mostrar menos tolerância com imigrantes ilegais, postura não compartilhada por Giuliani e McCain, mas que pode custar-lhes votos em estados com um eleitorado hispânico significativo como Flórida e Novo México.

Ainda é duvidoso se estes *outsiders* Edwards, McCain, Thompson e Huckabee poderão manter uma campanha nacional intra ou entre partidária prolongada com os baixos recursos que possuem, mas não é possível igualmente descartar seus nomes nem como possíveis indicações à medida que boas *performances* em Janeiro/Fevereiro podem torná-los mais interessantes ao eleitorado e doadores de campanha ou como aliados que podem transferir votos importantes ao candidato escolhido pelos partidos. No caso, esta transferência de votos poderia ocorrer tanto no âmbito das convenções nacionais como na eleições presidencial, o que reforçaria seu peso político.

Também voltou à pauta a candidatura independente de Michael Bloomberg, ex-republicano e prefeito de Nova Iorque, que apareceria como um elemento de conciliação em meio ao profundo bipartidarismo que tomou conta da política norte-americana. Bloomberg, contudo, nega a candidatura, o que poderia indicar uma espera dos resultados das primárias republicanas de Janeiro/Fevereiro para o lançamento de seu nome em Março caso nenhum candidato se destaque consideravelmente. Março, especificamente é percebido como prazo limite para uma candidatura viável independente devido à burocracia envolvida no processo de conseguir angariar apoio em todos os estados, o que leva à oficialização da candidatura na cédula de cada um destes estados individuais.

Outro nome que não pode ser descartado é o de George W. Bush. Apesar da derrota em 2006 e do encolhimento natural da presidência, que se consubstanciou na perda de aliados importantes como Donald Rumsfeld, Lewis Libby, Karl Rove e Alberto Gonzalez, Bush não perdeu plenamente sua margem de manobra, administrando suas tensões com o Legislativo democrata. Na realidade, este domínio do Legislativo tem se revelado um real problema para os democratas: a baixa popularidade do Congresso rivaliza com a de Bush para ver qual é a pior, comprovando-se que a vitória em 2006 deveu-se mais a erros táticos republicanos do que a uma agenda alternativa do partido.

Esta ausência de agenda tem se revelado dos dois lados da campanha democrata e republicana e na ambiguidade em temas relativos ao Iraque, com o nível da retórica se mantendo controlado. Afinal, aparentemente o governo estava certo em sua estratégia de aumentar tropas em 2006 devido à diminuição relativa do nível de violência e uma razoável aceleração da transição para a “iraquização” da segurança local.

Da mesma forma, o trinômio medo-sucesso-terror ainda funciona a favor de Bush, mantendo-se a polarização bipartidária e os constrangimentos estruturais gerados pelos neoconservadores: tensionamento com aliados internacionais, perda de relevância e representatividade das organizações internacionais governamentais, instabilidade no Oriente Médio no campo externo e, no interno, desaceleração econômica, crise orçamentária e

imobiliária, empobrecimento, inflação, desemprego e baixos níveis de confiança do consumidor. Mais ainda, ao não ter um candidato próprio no partido republicano (o Vice-Presidente Dick Cheney e a Secretária de Estado Condoleezza Rice eram os nomes favoritos mas que sucumbiram ao esvaziamento neocon), a presidência funciona como um elemento desagregador destas mesmas forças, o que igualmente dificulta a plataforma democrata que não consegue identificar o “seu outro”. E, como indicado, estes vácuos de pensamento e crises levam ao cenário eleitoral bastante povoado de nomes e promessas de ambos os lados, mas que pouco traz de novo para um eleitorado insatisfeito.

Decisivos, estes dois primeiros meses do ano começarão a definir quais serão as opções deste eleitorado, com um grande peso do passado recente e do presente na apresentação destas escolhas. Seja qual for o eleito, ao tomar posse em 2009, mais do que construir o futuro, este novo (a) presidente deverá corrigir os rumos da última década, e, para isso, tenderá a olhar mais para dentro do que para fora. Talvez o mundo não mais seja confrontado por um ataque preventivo de Washington ou uma nova Doutrina Bush, mas também não se deverá esperar uma hegemonia benigna e cooperativa como a do imediato 1945. Da liderança da superpotência restará, possivelmente, um internacionalismo moderado, que equilibre internacionalismo e isolacionismo, uni e multipolaridade, buscando o pós do pós-Guerra Fria e uma “nova América” dentro de casa.



## Assine a *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI e adquira os livros publicados pelo IBRI

Na Loja do IBRI é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição.

Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org>.

# Estados Unidos: campanha presidencial sem definição para o Iraque

VIRGÍLIO ARRAES\*

Iniciou-se em 2008 o processo dos dois principais partidos norte-americanos para a indicação de seus candidatos à Presidência da República. Embora o evento mais importante ocorra no início de fevereiro – na chamada super-terça – é perceptível a cautela dos candidatos ao abordar a política externa atual – tão polêmica quanto desafortunada – principalmente no quesito relativo à II Guerra do Golfo. Assim, os pretendentes envidam esforços em questões internas relacionadas, por exemplo, ao social.

Contudo, 2007 tornou-se o ano com mais mortes para os efetivos da coligação anglo-americana e seus apoiadores – policiais iraquianos e milicianos curdos – ao totalizar mais de dois mil e quinhentos falecidos, dos quais 901 estadunidenses. Em 2006, o número havia sido de 822.

Não obstante os conservadores minimizarem os custos humanos – inclui-se o demorado tratamento de recuperação física e, muitas vezes, psicológica de inúmeros combatentes, sob responsabilidade do Departamento de Veteranos – há os materiais, tão significativos que poderão obstar o próximo ocupante da Casa Branca, se democrata, a reformar o sistema de saúde – caso aplicado de modo universal, o modelo pretendido poderia ultrapassar mais de 50 bilhões de dólares anuais.

O Congressional Research Service estimou em 2006 o gasto semanal de dois bilhões de dólares para o confronto no Iraque. Naquele ano, Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de Economia de 2001, previu o total das despesas ao final da confrontação em pelo menos um trilhão de dólares.

Apesar de os democratas posicionarem-se contra a guerra, nenhum deles advoga a idéia de uma retirada acelerada: Hillary Clinton, ao invocar a justificativa de que os aliados locais ou empresários

e trabalhadores norte-americanos – sem olvidar as grandes corporações lá instaladas – poderão ficar à mercê da sanha dos fundamentalistas, defende o retorno aos poucos, com a conclusão para 2013, desde que haja a permanência de algumas unidades de matiz antiterrorista em solo iraquiano.

Remoça-se, por conseguinte, a postura empregada na América Central entre as décadas de 1970 e 1980 quando o governo manteve, além de tropas de elite, consultores militares, a fim de anular a ‘subversão’ patrocinada supostamente por Cuba ou União Soviética, pondo em segundo plano a autonomia política de grupos locais.

Sem ainda dispor de sua senadoria por Illinois em 2003, mas mesmo assim contrário ao conflito desde os seus primórdios, Barack Obama manifestou-se também por fases, porém até 2010; por fim, John Edwards, já desistente, inclinava-se a um recolher imediato de 40 a 50 mil e, após um ano de avaliação, mais efetivos seriam despachados para os Estados Unidos. Sem chances desde o desenrolar da eleição, Bill Richardson – também já fora do páreo – e Dennis Kucinich patrocinariam a saída imediata.

No plano retórico, portanto, as propostas democratas dos dois contendores são acanhadas. Não se considera ainda a pressão política do Pentágono ou de setores energéticos para uma presença mais constante no Iraque por causa do peso estratégico do país. Nem mesmo o quadro recessivo estadunidense – com a retração dos preços do petróleo – diminui a importância de fixar-se em solo iraquiano.

No lado republicano, os três principais disputantes – Mike Huckabee, John McCain e Mitt Romney – apóiam quase irrestritamente a guerra, de sorte que não se comenta a possibilidade de um cronograma de retirada. Pesquisas de opinião

\* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília - iREL-UnB (arraes@unb.br).

indicam que o eleitor norte-americano dedica mais atenção à possibilidade de diminuição do ritmo de crescimento da economia do país do que ao confronto no longínquo Oriente Médio.

Se os republicanos escolherem McCain, condecorado capitão da reserva da Marinha e ex-prisioneiro de guerra por meia década, há chances de o candidato a vice dos democratas ser um militar como o General da reserva Wesley Clark, por exemplo.

Em decorrência da forma de recrutamento, o voluntariado – opção vigente desde o desgaste na Guerra do Vietnã - a classe média norte-americana não se envolve diretamente com os percalços do atual conflito. Meia década de invasão incorporou ao eleitorado de lá a sensação de cotidianidade. Há a natural perda de impacto das dificuldades e dos reveses, observados e assimilados sempre à distância.

Além do mais, o comando militar sob responsabilidade do General David Petraeus adotou tática concernente a tornar menos vistoso o conflito do Golfo. Há um êxito relativo, visto que restou despercebido, no ano passado, o dobrar de cidadãos iraquianos presos, com a conseqüente convicção das forças armadas de que os ataques a alvos não militares arrefeceriam. Segundo Petraeus, de junho a dezembro, houve uma diminuição de 60%, o que balizaria a sua opção por mais detenções ;

o aumento de sete vezes o número de ataques aéreos, com a natural diminuição da exposição em combates das tropas, ampliadas em mais 30 mil; e, por fim, a pressão para que o parlamento iraquiano aprovasse legislação permitindo o retorno ao serviço público dos antigos filiados ao Partido Baath, do regime de Saddam Hussein.

Acresça-se que a Casa Branca não promoverá certamente cenas como as de 2003, quando o Presidente George Bush vestiu-se de militar para proclamar no porta-aviões Abraham Lincoln o êxito da campanha, ainda que haja frases desmesuradas, devido ao caráter ufanista, como a emitida em sua visita de oito dias ao Oriente Médio no começo de janeiro em que ele afirmou que quando a história (do conflito) fosse escrita, na última página estaria que a vitória havia sido obtida pelo país para o bem do mundo.

No entanto, diante do enfraquecimento da economia em 2008, parcela considerável da população poderá sofrer, porque não haverá condições financeiras suficientes para que o próximo mandatário conserve o atual grau belicista da política externa e, ao mesmo tempo, promova reformas sociais, como na área de saúde, a mais preocupante para os cidadãos pobres e de classe média baixa.

## O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org>



# Quênia: crise política, rivalidades étnicas e o problema do Estado-Nação

MÁRCIO SANTOS DE SANTANA\*

O continente africano sempre foi palco de preocupantes experiências históricas, uma vez que a violência tem sido elemento constantemente usado nos processos políticos. O cenário revela uma tendência crescente de anomia social, salvo alguns países específicos. Senão vejamos. Os governos eleitos têm se mostrados incapazes de controlar problemas como a pobreza, a corrupção, as epidemias e, sobretudo, as rivalidades étnicas. Além disso, a falta de cultura democrática agrava o já caótico quadro. As diferentes nações africanas enfrentam esses problemas em diferentes níveis de gravidade. A crise política e humanitária que abala a República do Quênia é o mais recente capítulo de uma história conturbada e complexa.

## Um breve retrospecto histórico

Alvo da colonização predatória de potências européias desde o século XVI, teve sua divisão oficializada pela Conferência de Berlim (1885), que transformou a região em protetorado britânico, após um período de dominação lusitana – ocorrida entre o final do século XVI e o ano de 1729, esta basicamente restrita ao controle do litoral – e de anexação aos domínios dos sultões de Omã.

O processo de independência do país, bem como das demais nações africanas, está diretamente relacionado com o fenômeno histórico conhecido por Descolonização – iniciado pela Conferência de Brazzaville (1944) –, categoria contestada por alguns analistas como sendo excessivamente eurocêntrica. Foi no período entreguerras que ocorreu a virada na conjuntura internacional que possibilitou as lutas de libertação nacional. Nesse período Reino Unido, França, Holanda, Itália, Bélgica, Espanha e Portugal

ainda mantinham possessões no continente africano. Basicamente três fatores conduziram ao processo de independência: (a) impossibilidade econômica e militar das metrópoles manterem o domínio sobre seus protetorados, efeito residual da Primeira Guerra Mundial e da Crise de 1929; (b) o capitalismo, em sua configuração financeira, não demandava mais a posse de impérios coloniais e, finalmente, (c) as relações internacionais eram dinamizadas pelo princípio da autodeterminação dos povos, tal como ratificado pela Conferência de Bandung (1955).

No caso queniano o processo de independência seguiu rumos conturbados. Membros do grupo étnico kikuyu (majoritário), revoltados com a perda de suas terras, lideraram a rebelião dos Mau Mau (1952-56), sociedade secreta que lutava contra a dominação estrangeira. Malgrado a repressão violenta, os britânicos consentiram na formação de um legislativo local em 1957, sendo este evento um passo importante na conquista da independência, esta alcançada somente em 1963.

Jomo Kenyatta, o mais importante líder da etnia Kikuyu, foi eleito o primeiro presidente do Quênia. A trajetória política deste líder fora construída na luta pela libertação nacional. Acusado de envolvimento com os Mau Mau enfrentara dois anos de prisão. Sua militância, no entanto, era mais antiga, pois na década de 1940 havia participado da fundação da Federação Pan-Africana, juntamente com Hastings Banda e Kwame Nkrumah, posteriormente também eleitos presidentes do Malawi e de Gana respectivamente. Kenyatta governou até 1978, quando de seu falecimento, sendo substituído pelo vice-presidente Daniel Arap Moi, eleito presidente dois meses depois numa eleição de candidato único.

\* Doutorando em História pela Universidade de São Paulo – USP (marcio-sant@hotmail.com).

A gestão de Arap Moi foi caótica, fruto das práticas políticas antidemocráticas adotadas pelo novo presidente. As reeleições conquistadas pelo titular da presidência – em 1983, 1988, 1993 e 1997 – foram alvos de críticas e suspeitas de fraudes. A atuação política da oposição foi sistematicamente sufocada e o governo nem mesmo se preocupava em disfarçar a ditadura. No entanto, a oposição não primava pela lisura democrática. Em 1982, por exemplo, opositores do presidente promoveram um violento e fracassado golpe de Estado, culminando na prisão de várias lideranças.

As respostas do Executivo não tardaram. O golpe deu o alibi necessário para a aprovação de medidas de força que beneficiariam o presidente Arap Moi, agraciado pela Assembléia Nacional com a instituição do monopartidarismo. A conjuntura que se seguiu foi marcada pela censura e perseguição aos opositores do regime. Reeito em 1983, implementou uma reforma constitucional em 1986 forneceu os mecanismos que o ditador precisava: controle pessoal do presidente sobre o funcionalismo público e a prerrogativa de demissão de juizes, cerceando a liberdade de ação desse poder da república. Sem divisão de poderes não há democracia, como bem sabemos desde Montesquieu.

A escalada autocrática teve prosseguimento com a reeleição de 1988. Contudo, em 1990, um grupo de intelectuais, advogados e membros do clero uniram forças numa pressão por redemocratização do Quênia. Os opositores exigiam a legalização do pluripartidarismo. Prisões e assassinatos foram os reparos feitos pelo regime. No entanto, a conjuntura internacional era outra. O Muro de Berlim fora derrubado, a Alemanha estava em processo de reunificação, o fim da História havia sido proclamado por Fukuyama. As pressões ocidentais, inclusive com cortes de ajuda financeira, surtiram efeito e as reformas de caráter democrático foram realizadas, retornando o pluripartidarismo.

O ano de 1992 foi pautado por manifestações, distúrbios de rua e greves. Apesar da existência de concorrentes nas eleições, Arap Moi foi reeleito para seu quarto mandato em 1993, numa eleição marcada por denúncias de fraude nos resultados.

A reação presidencial foi fechar o Parlamento num ato de recrudescimento da autocracia. A oposição permaneceu cerceada em suas atividades política por todo aquele ano, acusando o governo de incitar a violência étnica e creditar sua ocorrência ao regime partidário plural, de modo que este parecesse incapaz de garantir a ordem. Mesmo com todas as atribuições o presidente ainda seria reeleito em 1997 para seu último mandato, um ponto de inflexão na questão do acirramento étnico. O presidente realizou uma gestão considerada corrupta e antidemocrática. Contudo, o que acirrou as tensões foi o fato de que pessoas do grupo étnico Kalenjin (12% da população) receberam a imensa maioria dos cargos no Governo e nas Empresas Estatais, situação que desagradou os Kikuyu (22%) e os Luhya (14%). As rivalidades políticas e as disputas pelo poder haviam recebido um aporte de revanchismo étnico que somente agravava a situação.

Nas eleições de 2003 o governo não foi capaz de fazer seu sucessor. Com mais de 60% dos votos válidos, o opositor e ex-Vice-Presidente Mwai Kibaki sagrou-se o novo titular do Poder Executivo do Quênia. Aparentemente o país entrava em tempos de renovação, pois o KANU deixava o poder após quatro décadas de dominação plena. Além disso, a tranquilidade com que foi realizado o processo eleitoral foi alvo de elogios por parte da opinião pública internacional. A euforia do período levou alguns analistas e jornalistas a qualificarem o evento como “revolução de veludo”, para ressaltar a imensidão das transformações conquistadas por meios pacíficos.

O novo governo apresentou projetos de combate à corrupção logo no início do mandato, mas, dois anos depois, em fevereiro de 2005, a equipe de gestão sofreu uma reforma por conta de suspeitas de corrupção em casos de concorrências suspeitas, tornadas públicas pelo Alto Comissário britânico. Ironia da história.

### O Estado sem Nação

A situação política e social do Quênia é condicionada pelo não surgimento de uma Identidade Nacional com penetração entre os habitantes do país, bem como pelo fato de que

suas forças políticas não conseguiram encontrar um denominador comum, uma base comum de ideais capazes de cristalizar um projeto político nacional. O essencial para a coesão de um Estado-nação é que seus membros tenham convicção de que fazem parte de um destino comum. Tal quadro político e institucional não é exclusividade do Quênia, pois a História recente do continente pode ser escrita com base nessas premissas.

As Nações são artefatos culturais como bem demonstra a Ciência Social contemporânea. Trata-se de uma comunidade política imaginada, limitada e soberana. Imaginada porque um integrante da nação não conhece todos os demais membros e, nem mesmo numa comunidade pequena, jamais chegará a conhecer. Limitada, pois todas as nações têm fronteiras definidas, ainda que elásticas, além do que nenhuma comunidade identifica-se com a humanidade como um todo. Soberana, na medida em que define autonomamente o próprio destino político.

Basicamente dois princípios são essenciais para compreensão do nacionalismo – entendido aqui numa chave positiva, ou seja, a força cultural que vincula pessoas, grupos e classes sociais e etnias numa sociedade de maneira relativamente harmônica –. O primeiro é que as fronteiras étnicas não se sobreponham às fronteiras da legitimidade política democrática e, principalmente, que essas fronteiras étnicas não isolem os detentores do poder do restante da população. Para realização dessas premissas, o nacionalismo faz uso de maneira seletiva de culturas pré-existentes, muitas vezes alterando-as radicalmente.

A sociedade queniana precisa demonstrar capacidade de reação e romper com essa cultura política tradicional, fundamentada no personalismo, no patrimonialismo e na manipulação político-partidária de rivalidades tribais, pois tal imperativo é vital para que a Nação seja plenamente arquitetada, bem como para que o Estado não seja desmantelado, haja vista a incapacidade – quiçá momentânea –

de garantia da ordem social e preservação da paz social. A formação do Estado-nação tem como premissa básica e idéia de que todos estarão sujeitos a um governo, cultura política e jurisdição comum, independentemente de diferenças quanto à religião, classe social, raça, etnia ou qualquer outro critério particularista. O Estado-nação prima pelo universalismo. Na sua configuração democrática, tais características devem ser definidas por meio de disputas políticas entre partidos representativos das forças sociais, sob regras claras de funcionamento e de maneira pacífica. Todos esses ingredientes estiveram ausentes da crise que abala o Quênia desde o último dia 27 de dezembro, quando foram realizadas eleições presidenciais.

Diante do quadro exposto os acontecimentos ora em curso no Quênia não devem soar como exceção, pelo contrário. Toda a tragédia teve início com um processo eleitoral fraudado, no qual disputavam o presidente do Quênia, Mwai Kibaki (Partido da Unidade Nacional) e Raila Odinga (Movimento Democrático Laranja), conforme atestam os observadores internacionais. A instabilidade faz os quenianos perderem muito, pois, nos últimos anos, o país conquistava credibilidade junto a investidores internacionais, além de ostentar um excelente setor de turismo (faturamento de US\$ 1 bilhão em 2006). O Banco Mundial já demonstrou preocupação com a possibilidade de uma crise regional, pois ¼ do PIB de Uganda e Ruanda e 1/3 do de Burundi tem no Quênia rota obrigatória.

Os desafios à sociedade queniana são imensos. Essa conjuntura de crise demanda muita negociação, planejamento e estratégia, além de pressão da comunidade internacional. O dilema do Quênia será o de encontrar uma solução pacífica para essa crise e, posteriormente, repensar o seu sistema político e, sobretudo, a sua cultura e prática política, pois as rivalidades étnicas foram acirradas por maquinação política. Se tal transformação não ocorrer, de fato, o livro de Mia Couto será profético e cada homem realmente será uma raça.



## RESENHA

## Sudsubdesenvolvimento sustentável\*

FÁBIO ALBERGARIA DE QUEIROZ\*\*

Subdesenvolvimento sustentável, assim Argemiro Procópio sugestivamente descreve o modelo de desenvolvimento predominante na região amazônica compartilhada por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Ao longo de sua exposição Procópio desnuda a realidade dos “oito amazônicos” ao apontar que a Hiléia, em pleno século XXI, ainda carrega consigo vários problemas estruturais, herança de um longo passado colonial.

Neste contexto, o autor nos apresenta a região como produtora de *commodities* e manufaturados com baixo valor agregado. Cita a mineração, a exploração madeireira e de metais preciosos, as redes do agronegócio da soja, da carne, do couro e, atualmente, da cana-de-açúcar como protagonistas do “continuum da sustentabilidade do subdesenvolvimento em novas versões da economia colonial nos oito países amazônicos”.

O livro traz importante contribuição ao analisar o papel amazônico no dinâmico mundo dos ilícitos transnacionais, tema que vem ganhando crescente importância nas Relações Internacionais e cujos desdobramentos ainda não são plenamente conhecidos. Neste cenário, onde os dados concretos dos fatos apresentados no livro apontam a região amazônica como grande *player*, Procópio cita a cocaína como único produto da Hiléia exportado com valor agregado.

O autor aponta as debilidades político-institucionais dos Estados amazônicos como um dos principais fatores responsáveis por tornar a Hiléia uma espécie de buraco negro geopolítico, ou vazio de poder, onde prosperam as redes do crime organizado e dos ilícitos transnacionais. Assim, dada

a comum incapacidade destes países exercerem plenamente a soberania e a autoridade sobre seus territórios amazônicos, o processo de *state building* na região, denominada de Periferia da Periferia, acaba assumindo uma importante dimensão de segurança, um componente essencial para a manutenção da ordem regional.

Este é um dos pontos abordados que levam o leitor a refletir sobre a premente necessidade de se repensar o multilateralismo amazônico, principalmente quanto às várias dimensões da segurança regional. Na verdade, este tema destaca-se como assunto central no livro: as inter-relações entre as dimensões energética, alimentar, hídrica e ambiental da segurança amazônica.

Procópio dedica boa parte de sua análise aos efeitos ambientais do complexo agroexportador amazônico que tem na soja e, mais recentemente, na cana-de-açúcar seus produtos exponenciais. Ele ressalta que a agricultura tem o potencial de viabilizar o desenvolvimento sustentável por meio da ação governamental eficiente na formulação e implementação de políticas setoriais de desenvolvimento rural aliadas à gestão dos recursos naturais, o que requer a devida aplicação da legislação ambiental e ordenamento territorial.

Contudo, no caso amazônico, mais especificamente no Brasil, os dados apresentados pelo autor apontam a expansão da fronteira agropecuária com vistas à exportação como grande responsável pela implantação de um modelo produtivo direcionado ao uso intensivo dos solos e ao desenvolvimento de grandes monoculturas. Como resultado tem-se a conversão de áreas naturais em

\* Resenha de PROCÓPIO, Argemiro. *Subdesenvolvimento Sustentável*. Curitiba: Juruá, 2007. ISBN: 978-85-362-1801-4.

\*\* Doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. (fabioaq@hotmail.com)

'agroecossistemas' para atender a crescente demanda mundial pela soja e, no caso da cana-de-açúcar, pelo bioetanol.

Um dos pontos mais polêmicos abordados por Procópio refere-se à assertiva de que a diversificação de matrizes energéticas baseadas em insumos utilizados na alimentação humana, mesmo integrando um projeto de produção energética renovável, ameaça a Segurança Alimentar em várias frentes. No caso da expansão canavieira, esta situação é a gênese do que ele define como dualidade estrutural "fome-etanol".

Em suma, 'Subdesenvolvimento Sustentável' destaca-se como importante referência aos que desejam entender e pensar o papel amazônico na dinâmica de um cenário ainda em mudança e cuja complexidade propicia espaço a novas possibilidades e conexões de ordem variada. Neste aspecto, o autor propõe uma releitura das relações internacionais amazônicas. Por fim, merece menção o fato de tratar acerca das várias dimensões do conceito de segurança, ponto ainda muito discutido no campo das Relações Internacionais, o que atesta a contribuição da obra à literatura sobre o tema.



*Meridiano 47*

*Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*



INSTITUTO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Conselho Editorial: Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Argemiro Procópio Filho, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, Estevão Chaves Martins, Tânia Pechir Manzur.

Projeto Gráfico (design): Samuel Tabosa de Castro – samuel.tabosa@gmail.com